

## Violência e conflitualidade em Ponte de Lima na primeira metade do século XIX

Alexandra Esteves

Doutoranda da Universidade do Minho. Bolseira da FCT.

A violência em Ponte de Lima durante a primeira metade do século XIX foi marcada por uma situação de instabilidade política e social, que se refletiu na ocorrência de episódios de violência que afetaram a população local, perturbando o quotidiano das gentes locais.

Porém, a violência não foi apenas uma consequência da instabilidade política, mas também uma forma de expressão da luta social e económica da população local, que se refletiu na ocorrência de episódios de violência que afetaram a população local, perturbando o quotidiano das gentes locais.

A primeira metade do século XIX foi marcada por uma situação de instabilidade política e social, que se refletiu na ocorrência de episódios de violência que afetaram a população local, perturbando o quotidiano das gentes locais.

A instabilidade política e social durante a primeira metade do século XIX foi marcada por uma situação de instabilidade política e social, que se refletiu na ocorrência de episódios de violência que afetaram a população local, perturbando o quotidiano das gentes locais.

A violência em Ponte de Lima durante a primeira metade do século XIX foi marcada por uma situação de instabilidade política e social, que se refletiu na ocorrência de episódios de violência que afetaram a população local, perturbando o quotidiano das gentes locais.

A violência em Ponte de Lima durante a primeira metade do século XIX foi marcada por uma situação de instabilidade política e social, que se refletiu na ocorrência de episódios de violência que afetaram a população local, perturbando o quotidiano das gentes locais.

A violência em Ponte de Lima durante a primeira metade do século XIX foi marcada por uma situação de instabilidade política e social, que se refletiu na ocorrência de episódios de violência que afetaram a população local, perturbando o quotidiano das gentes locais.

A análise de um número considerável de *Autos de Investigação*, lavrados pela administração do concelho de Ponte de Lima durante a primeira metade do século XIX, evidenciou, desde logo, um quotidiano marcado pela conflitualidade latente, que, não raras vezes, se materializava em episódios de violência, que aconteciam em vários espaços e envolviam diversos agentes, perturbando o quotidiano das gentes limianas.

Recorrendo às fontes acima mencionadas, propomo-nos estudar o fenómeno da violência em Ponte de Lima, não na sua globalidade e em toda a sua extensão, mas considerando apenas as situações de conflito e as ocorrências que foram participadas às autoridades, até porque nem todos os casos chegavam aos foros da lei. É este, portanto, o quadro que nos propomos tratar.<sup>1</sup>

A primeira metade do século XIX foi marcada por uma crise, quase endémica, que afectou todo o país, sobretudo nos domínios político, económico e social, e cujas origens vão desde a ameaça napoleónica e a perda do Brasil até à guerra civil entre liberais e absolutistas, contribuindo para o agravamento das condições de vida das populações, já de si muito precárias, dado que o esforço bélico despendido acabava por estrangular as finanças públicas, impedindo as reformas e os investimentos de que o país carecia.<sup>2</sup>

A instabilidade política e social provocava um clima de insatisfação generalizada, fomentando a revolta do povo, que se revelava, de modo organizado e ostensivo, através de manifestações colectivas contra as políticas vigentes. O apoio concedido a grupos de guerrilhas antiliberais que actuavam no Alto Minho, nomeadamente à quadrilha comandada pelo célebre “Quingostas”, é um sinal claro do descontentamento popular e da sua disponibilidade para apoiar e aderir a formas de contestação à ordem estabelecida.<sup>3</sup> Os habitantes da raia galaico-minhota, em particular, desagradados com a presença e os abusos dos militares aí acantonados, não hesitavam em dar guarida a salteadores inimigos dos exércitos liberais.<sup>4</sup> Outro exemplo de revolta organizada é a chamada *Revolução do Minho de 1846* ou *Maria da Fonte*, que teve origem no descontentamento das populações rurais perante as medidas do cabralismo.<sup>5</sup>

<sup>1</sup> Os “Autos de Investigação” que serviram de base para o nosso trabalho encontram-se no Arquivo Municipal de Ponte de Lima, (doravante AMPL).

<sup>2</sup> A respeito das crises financeiras vividas em Portugal leia-se Mata, Maria Eugénia, “As crises financeiras no Portugal contemporâneo: uma perspectiva de conjunto”, in Campos, Sérgio Matos (coord.), *Crises em Portugal no século XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 33-55.

<sup>3</sup> A propósito das quadrilhas que actuavam na região do Minho consulte-se Subtil, José Manuel Louzada Lopes, *Vintismo e Criminalidade (1820-1823)*, Lisboa, 1986, pp. 40-44, dissertação de mestrado policopiada.

<sup>4</sup> Sobre a acção do bando de “Tomás Quingostas” no Alto Minho veja-se Melo, Maria de Fátima Sá e Ferreira, “Banditismo e política no Alto Minho (1834-1840)”, in *Ler História*, n.º 99, 1999, pp. 125-175.

<sup>5</sup> Sobre a revolta da Maria da Fonte consulte-se Capela, José Viriato, *A Revolução do Minho de 1846. Segundo os relatórios de Silva Cabral e Terena José*, Porto, Edições Afrontamento, 1999, pp. 7-42.

No entanto, não são as revoltas ou outras exteriorizações colectivas de desagrado que constituem o nosso objecto de estudo, mas antes a violência, a conflitualidade e as tensões quotidianas, de carácter espontâneo, ou, mais propriamente, aquilo a que Jean-Claude Chesnais chama de “violência privada”, em que a emoção se sobrepõe à razão, e para as quais muito contribuíam as vicissitudes que marcaram os primeiros decénios de oitocentos.<sup>6</sup> Todavia, é difícil, ou até impossível, dada a escassez documental, descobrir e compreender, na sua plenitude, as causas das variadas formas de violência espontânea, que, apesar de não atingirem a dimensão e o impacto das manifestações e dos conflitos organizados, acabavam por agitar o dia-a-dia das populações e pôr em causa a ordem pública, neste caso da vila de Ponte de Lima.

Entretanto, importa atender à contextualização dos fenómenos da conflitualidade e da violência, dado que não são obra do acaso, mas antes o resultado de circunstâncias variadas e, muitas vezes, determinadas pelas vivências quotidianas e pelo meio em que se desenvolvem.

No século XIX, Ponte de Lima era um espaço eminentemente rural, com um processo de industrialização muito incipiente, sendo, aliás, este cenário idêntico ao de quase todo o Portugal de então. Em 1838, o administrador do concelho comunicava ao Governador Civil a inexistência de qualquer unidade fabril naquele concelho.<sup>7</sup>

Os contornos económicos do século XVIII não sofreram alterações significativas na região, apesar do empenho do Dr. Manuel da Silva Baptista e Vasconcelos, que, em 1779, impulsionou a fundação da Sociedade Económica de Ponte de Lima, com o objectivo de expandir a actividade comercial e industrial, bem como desenvolver a agricultura, que se encontrava estagnada e votada ao ostracismo. Ponte de Lima pode orgulhar-se de ter criado a primeira Academia Rural do país.<sup>8</sup>

Apesar de ainda no século XIX ter surgido uma indústria de cobertores, os resultados práticos desta iniciativa associativista foram escassos, continuando a população a dedicar-se, maciçamente, à agricultura, sobretudo à cultura do milho. O administrador do concelho de Ponte de Lima, em resposta a uma circular do Conselho de Saúde de 1837 sobre os hospitais,

<sup>6</sup> Chesnais, Jean-Claude, *Histoire de la Violence en Occident de 1800 à nos Jours*, Paris, Éditions Robert Laffont, 1981, p. 13.

<sup>7</sup> Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo (doravante AGCVC), *Fábricas do Districto*, 1838, 18.4.4.11-13, não paginado.

<sup>8</sup> Sobre a Sociedade Económica de Ponte de Lima consulte-se Lemos, Miguel Roque dos Reis, *Anais Municipais de Ponte de Lima*, Braga, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1977, pp. 152-155.

asilos e casas insalubres, refere a ausência de indústrias de curtumes e velas e que apenas dois homens fabricavam velas de sebo, não pondo em causa a salubridade pública.<sup>9</sup>

Já no século XVIII, Lima Bezerra fizera a apologia da industrialização, defendendo a instalação de fábricas, salvaguardando, no entanto, a necessidade de se continuar a apostar na agricultura. Sustentava, ainda, que as indústrias criadas deveriam tirar partido dos locais onde seriam implantadas e das matérias-primas e riquezas da região, pois só assim seriam benéficas para o desenvolvimento da população e da nação.<sup>10</sup>

A vida económica de Ponte de Lima era dinamizada por pequenos comerciantes, cuja actividade se restringia ao âmbito local e regional, e assentava sobretudo na transacção de produtos agrícolas na feira quinzenal, à qual acorriam, não apenas as populações locais, mas também as dos concelhos vizinhos. Porém, a feira era também palco de cenas de violência, muitas delas desencadeadas por roubos, que punham em sobressalto as gentes da terra, originando uma desconfiança exacerbada sobretudo em relação aos estrangeiros e forasteiros.

Furtos, roubos e assaltos, que eram motivo de constante preocupação para o administrador do concelho, não aconteciam apenas no espaço público, mas também eram perpetrados no espaço doméstico, e igualmente por mulheres, que, geralmente, tiravam proveito de laços familiares ou da inocência das crianças para os levar a cabo. Um exemplo desta situação ocorreu em 1844 com o pequeno Caetano, filho de Maria Rosa, que, enganado pela sua tia, indicou o sítio onde a sua mãe guardava os brincos de ouro, que acabaram por ser roubados por aquela.<sup>11</sup>

As tricas e as desconfianças entre vizinhos eram usuais, dando origem a um extenso rol de queixas e denúncias junto do administrador, exigindo a sua intervenção a fim de pôr cobro aos abusos praticados<sup>12</sup>. Por exemplo, em 1839, no seguimento de várias queixas dos habitantes de São João da Ribeira, o administrador do concelho, Joaquim Pereira de Araújo Barreto, ordenou a detenção de um grupo de homens que se reunia numa quinta junto ao rio Lima, onde, além de comerem, beberem e dançarem, exibiam armas de fogo e disparavam tiros para o ar, perturbando o sossego e a tranquilidade das gentes daquela freguesia. Após a audição dos

<sup>9</sup> AGCVC, *Hospitais, recolhimentos, lazaretos, casas de asilo e estabelecimentos insalubres*, n.º 1.16.5.4-5, não paginado.

<sup>10</sup> Consulte-se a propósito Bezerra, Manuel Gomes de Lima, *Os Estrangeiros no Lima*, vol. I, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1992, pp. 162-165.

<sup>11</sup> AMPL, Administração do Concelho, *Auto...*, n.º 1899, não paginado.

<sup>12</sup> Sobre tensões vicinais leia-se Carvalho, Jorge Brandão, Adaúfe, *Tensões numa Comunidade Rural do Baixo-Minho*, Braga, Universidade do Minho, 1999, p. 136.

transgressores, que alegaram em sua defesa pretenderem apenas divertir-se ao som de violas e rebecas e se comprometeram a não repetir esses ajuntamentos, o administrador optou pela sua libertação por considerar não existir matéria para avançar com procedimento judicial.

Os encontros festivos, que aconteciam com bastante frequência e funcionavam como momentos de convívio, de diversão e de alívio das canseiras diárias, degeneravam, de vez em quando, em todo o tipo de excessos, aos quais não era alheio o consumo descomedido de álcool. No século XIX, não eram raros os delitos cometidos em festejos e romarias em honra dos santos padroeiros, que constituíam, simultaneamente, momentos de júbilo, convivência e sociabilidade, mas também de ajustes de contas, de desregramentos e ofensas corporais.<sup>13</sup>

O álcool, ingrediente sempre presente nas ocasiões festivas, potenciava, tal como hoje, comportamentos agressivos e violentos e libertava os espíritos dos preceitos cívicos e das normas morais, fazendo com que o indivíduo se sentisse mais à vontade para injuriar, ofender verbal e fisicamente aqueles com quem tinha contas a ajustar. O seu consumo aumenta no decorrer deste século, o que se reflecte na degradação das relações sociais e familiares. Hábito eminentemente masculino, a ida à taberna para beber e conviver fazia com que muitos homens chegassem a casa alcoolizados e tivessem condutas violentas com os seus familiares. Por exemplo, em 1846, Maria “Livreira” rachou a cabeça ao pai, que costumava chegar a casa turvado pelo álcool e agredir a mulher, por aquele não parar de apertar o pescoço à mãe.<sup>14</sup>

O acesso das populações ao álcool era facilitado pelo aumento do número de tabernas durante o século XIX.<sup>15</sup> Ponte de Lima, que em 1840 contava com 1821 moradores, tinha trinta e três tabernas, o que dava, em média, uma para 55 habitantes! Acontecia até haver várias tabernas instaladas na mesma rua, como era o caso da rua de Merim, onde funcionavam cinco. Daí, não ser de estranhar o controlo apertado que as autoridades exerciam sobre estes estabelecimentos, sendo os taberneiros obrigados a comunicar ao administrador do concelho o número de pipas de vinho que vendiam anualmente.

Ponte de Lima já era, ao tempo, terra de grandes movimentos migratórios. Uns partiam, tendo como destino preferencial o Brasil, mas outros chegavam, oriundos sobretudo dos concelhos

<sup>13</sup> A propósito deste assunto leia-se Vaquinhas, Irene, *Violência, Justiça e Sociedade Rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1990, pp. 356-360.

<sup>14</sup> AMPL, Administração do Concelho, *Auto...*, n.º 1929, não paginado.

<sup>15</sup> Acerca dos efeitos do álcool e da sua relação com a criminalidade leia-se Vaquinhas, Irene, “Alguns aspectos da violência rural nas comarcas de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918”, in *Ler História*, n.º 23, 1992, pp. 23-59.

vizinhos e da Galiza. Havia, por isso, natural preocupação em controlar os forasteiros, especialmente os que acorriam à terra, precedidos pela má fama, e os que circulavam sem passaporte, o que nos permite afirmar que estava de facto instalada a desconfiança para com aqueles “que vinham de fora”.

Em 1841, foi apresentado ao administrador do concelho um homem conhecido como o “Mineiro”, natural de uma freguesia situada entre Viana do Castelo e Barcelos, tendo sido detido e interrogado por circular sem passaporte e por ter “fama de ladrão, e tornando-se suspeito de criminozo”, além de ter sido acusado de um roubo e do arrombamento de uma casa na freguesia de Brandara, concelho de Ponte de Lima.<sup>16</sup> Um ano antes, foi presente à mesma autoridade o casal João Rodrigues Gonçalves e Rosa Joaquina, suspeitos de ladroagem, “por serem ambos novos, e terem saúde perfeita, e andarem de terra em terra vagando sem passaporte, não tendo negócios a tratar em parte alguma”.<sup>17</sup>

O século XIX foi um período de forte emigração de gentes do Alto Minho para o Brasil, devido sobretudo à crise agrícola vivida na primeira metade deste século, bem como à descida dos preços dos cereais e às pragas que dizimaram as culturas da vinha. A própria conjuntura política, marcada pela instabilidade, também levava muitos a partirem.<sup>18</sup> O Brasil, que precisava de mão-de-obra, surgia como um destino de esperança, sobretudo após a abolição da escravatura, o que convidava numerosos homens a abandonarem a sua terra, muitos deles acossados pelo desemprego e pela crise económica, mas também eram muitos os que viam na emigração uma oportunidade de fuga ao serviço militar obrigatório. Sobre a emigração para o Brasil, Russell-Wood refere que o predomínio do Atlântico sobre o Índico remonta à segunda metade do século XVII; de facto, a partir desta data, o Brasil passa a deter uma posição preponderante na economia portuguesa. Segundo o mesmo autor, são vários os factores que, ainda no século XVIII, conduzem a uma verdadeira diáspora portuguesa tendo como destino primordial o Brasil: de ordem política (a devastação provocada pela Guerra da Sucessão de Espanha, e no século XIX as guerras napoleónicas e a consequente fuga da família real para o Rio de Janeiro); económica, sobretudo, as crises registadas na actividade agrícola em igual período, para além da pobreza instalada e do desemprego que grassava no seio da população urbana e rural. Por outro lado, as leis respeitantes aos morgados e à progenitura também levavam a que filhos não primogénitos emigrassem na procura de oportunidades de vida.

<sup>16</sup> AMPL, Administração do Concelho, *Auto...*, n.º 1920, não paginado.

<sup>17</sup> AMPL, Administração do Concelho, *Auto...*, n.º 1904, não paginado.

<sup>18</sup> A propósito da emigração das gentes do Alto Minho para o Brasil leia-se Rodrigues, Henrique, *Emigração e Alfabetização. O Alto Minho e a Miragem do Brasil*, Viana do Castelo, Governo Civil de Viana do Castelo, 1995.

É ainda de referir que o êxodo dos primeiros membros de uma determinada comunidade acabava por provocar um efeito de arrastão, levando outros a seguir as mesmas pisadas, movidos por um sentimento de partilha e identidade. No caso particular do Alto Minho, Russell-Wood considera que o desenvolvimento económico registado nesta região, com a cultura do milho, permitiu, no século XVIII, um aumento demográfico não sustentado pelas estruturas económicas, sendo necessário desenvolver soluções de escape, que passavam exactamente pelo fenómeno migratório.<sup>19</sup>

Tratava-se de uma emigração predominantemente masculina e de celibatários, mas que também aliciava um número apreciável de homens casados. As mulheres ficavam, assumindo a liderança da casa e das propriedades, tendo muitas vezes que se entregar ao trabalho braçal, tido como tipicamente masculino.<sup>20</sup>

Nesta época, o concelho de Ponte de Lima registava elevados índices de feminilidade. Em 1864, contava com uma população na ordem dos 31 605 habitantes, sendo 14776 do sexo masculino e 16829 do sexo feminino. Esta diferença é explicada pela emigração maioritariamente masculina para o Brasil. A discrepância é mais visível na faixa etária situada entre os 16 e os 60 anos, havendo 7711 homens para 9198 mulheres.<sup>21</sup>

O facto de o maior contingente de emigrantes ser constituído por indivíduos ainda jovens reflectia-se nos trabalhos agrícolas, que ficavam a cargo das mulheres. Daí que também se tenha verificado uma certa “masculinização” da mulher, pois ela foi obrigada a endurecer os seus comportamentos, a alterar os seus hábitos, a assumir uma nova posição social, a desempenhar outras tarefas para além daquelas que habitualmente lhe estavam reservadas no espaço doméstico.

Para ilustrar a “nova” condição da mulher, afigura-se oportuno referir o caso de Maria do Carmo, casada, cujo marido se encontrava emigrado, e que, em 1840, se apresentou, muito assustada, perante o administrador do concelho, queixando-se de ter sido ameaçada e agredida por Joaquim António Machado de Almeida. Este queria que a dita Maria do Carmo lhe

<sup>19</sup> Para um maior aprofundamento destas questões leia-se Russell-Wood, A. J. R., “A emigração: fluxos e destinos”, in Bethencourt, Francisco; Chaudhuri, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 3. Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, pp. 158-168.

<sup>20</sup> Sobre o papel da mulher na economia da casa minhota consulte-se Durães, Margarida, “Qualidade de vida e sobrevivência económica da família camponesa minhota, o papel das herdeiras (secs. XVIII-XIX)”, in *Cadernos do Noroeste. Olhares sobre mulheres*, vol. 17 (2), Braga, Universidade do Minho, pp. 125-144.

<sup>21</sup> AGCVC, *Estatística da população - 1864*, 1.16.5.5-4, não paginado.

vendesse o seu eido e a casa para juntar às suas propriedades, ao que ela se opôs. Perante a recusa, Joaquim ficou enfurecido “a ponto que no anno passado de propósito e cazo pensado a espancou duas vezes, e ella declarante soffreu com paciência sem o acusar”.<sup>22</sup> Foi agredida violentamente com socos e pontapés, ficando com o corpo muito maltratado, pelo que teve que ser socorrida pelos médicos. Animado pela inoperância e morosidade da justiça, Joaquim não desistiu dos seus intentos e, empunhando uma arma de fogo, procurou arrombar a casa de Maria do Carmo com a intenção de a matar. Salvaram-na os vizinhos, que, alertados pelos gritos da mulher, acorreram em seu auxílio.

Era, sem dúvida, numa situação de grande fragilidade aquela em que se encontravam as mulheres de maridos ausentes, sendo por vezes mal vistas socialmente, apesar de serem detentoras de uma nova autoridade que, no entanto, não era bem aceite. Decerto que, no caso relatado, se fosse o marido de Maria do Carmo a recusar a proposta de venda, Joaquim ter-se-ia conformado e não o ameaçaria nem tentaria agredi-lo como fez com a sua mulher.

Apesar de todas as contrariedades, algumas mulheres conseguiam substituir os respectivos maridos na execução das tarefas que lhes estavam tradicionalmente atribuídas, mas outras, vencidas pelas contrariedades, acabavam por cair na miséria ou enveredar pela criminalidade. Por outro lado, a mulher também passou a envolver-se em conflitos tipicamente masculinos e a assumir o papel de protagonista em cenas de violência, quer como vítima ou testemunha, quer, sobretudo, como agressora.

### Espaços de violência

As manifestações de conflitualidade, quer sob a forma de troca de insultos, discussões ou rixas, ocorriam em diversos espaços públicos, fosse a rua da vila, a feira, a romaria, a festa, a taberna, a fonte, a loja ou o largo da aldeia. Qualquer pequena escaramuça facilmente alastrava e ganhava proporções inesperadas, envolvendo um sem número de intervenientes, uns como meros espectadores, outros que tomavam partido na contenda, outros ainda elegiam a função de apaziguadores.

Exemplo desta situação foi o que aconteceu, em 1840, com José Custódio Rodrigues, oficial de diligências da administração do concelho, que se deslocou à freguesia do Bárrio, concelho

<sup>22</sup> AMPL, *Administração do Concelho, Auto...*, n.º 1911, não paginado.

de Ponte de Lima, para prender um recruta desertor, de nome “Francisco Manteigueira”. Rapidamente a solidariedade aldeã foi despoletada e o dito oficial viu-se rodeado por vários populares, que o agrediram. Acabou por ser um lavrador a ajudá-lo a escapar do aglomerado de gente.<sup>23</sup>

Na vila de Ponte de Lima, a rua, simultaneamente via de comunicação e espaço de convivência diária, era, de facto, o cenário por excelência de conflitos que surgiam quando menos se esperava. A injúria ou a ofensa não ficavam sem resposta, que tanto podia limitar-se ao palavrão ou à bofetada como assumir contornos bem mais violentos. Esta situação verificava-se, mais assiduamente, com as mulheres das franjas sociais mais baixas, por vezes vizinhas, que, desafiadas por palavras que não abonavam a favor da sua pessoa ou que punham em causa a sua família ou os principais valores femininos, como a honra, a pureza, instintivamente, no meio da rua, respondiam primariamente, sob impulsos violentos.<sup>24</sup>

Esta espontaneidade na resposta nota-se nas armas utilizadas por estas mulheres, sendo possível verificar, através dos Autos analisados, que nunca recorriam a armas de fogo, navalhas ou facas, instrumentos associados a uma violência premeditada e racionalizada. Geralmente, eram a palavra, a mão, a pedra, as alfaías agrícolas, o pau ou o chinelo que serviam para vingar a injúria ou a ofensa.

Em 1840, Francisca Teresa e Maria do Carmo, vizinhas, moradoras na rua da Vacaria, engalfinharam-se no meio da rua. A primeira queixava-se que a segunda a tinha agredido no nariz com uma chinela, fazendo-a sangrar. Maria do Carmo negou a acusação, sustentando que apenas lhe tinha tocado, mas sem intenção de a magoar, com o cesto de maçãs que transportava à cabeça. Não ficaram claros os motivos da agressora, mas o episódio deixa transparecer a existência de rivalidades passadas, o que nos leva a concluir que a violência constituía para os populares da vila uma forma de linguagem, um modo de expressarem o seu desagrado perante esta ou aquela situação. Por outro lado, a inércia do poder judicial, para além do dispêndio de tempo e dinheiro que a sua intervenção implicava, convidavam a fazer justiça com as próprias mãos.

Esta violência ocasional, espontânea, pública e quase diária, sob a forma de gritaria, bofetadas, empurrões, arranhões ou puxões de cabelos era tipicamente feminina. Com estes actos, a

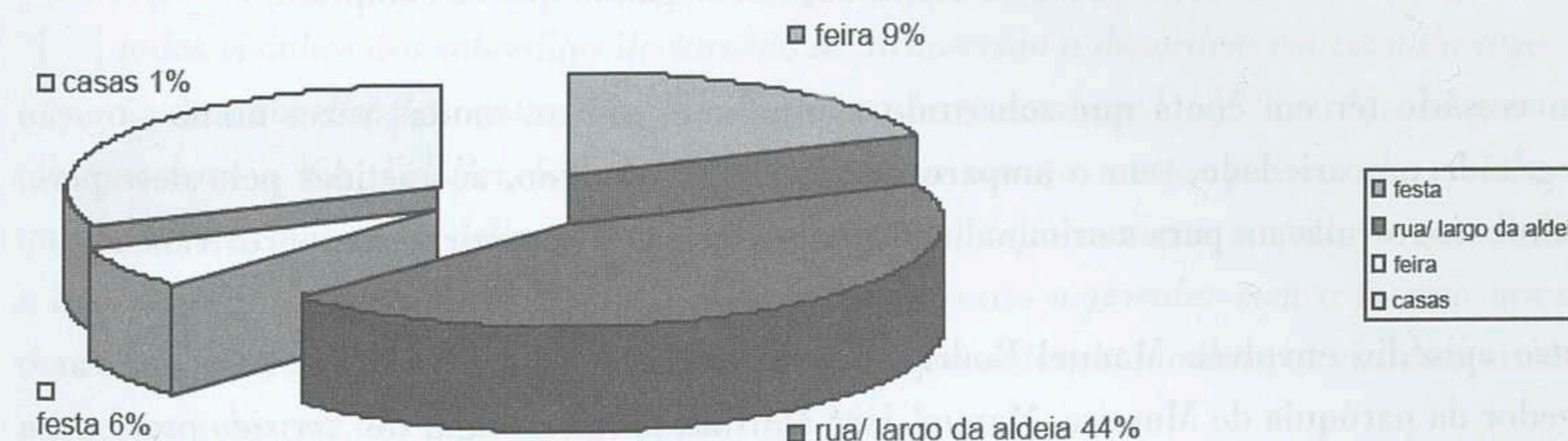
<sup>23</sup> AMPL, Administração do Concelho, *Auto...*, n.º 1912, não paginado.

<sup>24</sup> Sobre as características da delinquência feminina no século XIX e inícios do século XX leia -se Vaquinhas, Irene, “Senhoras e mulheres” na *Sociedade Portuguesa do século XIX*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, pp. 143-159.

agressora procurava não apenas ferir a sua vítima, mas acima de tudo expô-la ao vexame público, lançá-la nas bocas do povo. Por isso, quantos mais espectadores presenciassem a agressão verbal ou física mais sentiam que o seu objectivo tinha sido alcançado.

Gráfico I

### Espaços de violência mencionados nos Autos de Investigação (1840-1846)



Fonte: AMPL, Administração do Concelho, *Autos de Investigação*, n.º 1888; n.º 1889; n.º 1909; n.º 1911; n.º 1912; n.º 1913; n.º 1914; n.º 1916; n.º 1917; n.º 1919; n.º 1921; n.º 1922; n.º 1929; n.º 1933; n.º 1934; n.º 1935.

A feira era outro dos cenários de violência, muitas vezes suscitada por roubos e furtos que nela eram praticados. Quando os autores eram apanhados em flagrante, sujeitavam-se às consequências da fúria popular. Por ser muito concorrida, pois recebia pessoas oriundas de todas as aldeias do concelho de Ponte de Lima e dos municípios vizinhos, tornava-se mais fácil aí achar quem se procurava para resolver querelas passadas. Quando tal acontecia, as cenas de pancadaria eram inevitáveis.

Em 11 de Março de 1844, o administrador do concelho de Ponte de Lima dá conta do seguinte: “[...] conforme o costume de todas as feiras desta villa acharam-se roubados nellas varias pessoas conhecendo-se que tais roubos são praticados por homens, mulheres e rapazes que vem de fora da terra.”<sup>25</sup>

<sup>25</sup> AMPL, Administração do Concelho, *Auto de Investigação*, n.º 1942, não paginado.

De facto, foram vários os acusados de roubo e furto, não naturais de Ponte de Lima. É o caso de Rosa Maria, natural da vila de São Paio, concelho de Arcos de Valdevez, apanhada e rodeada pelo povo que a acusava de fazer parte de um grupo que tinha praticado vários roubos e furtos em diversas feiras.<sup>26</sup> É de assinalar que tais actos ilícitos eram levados a cabo, na maioria das vezes, por mulheres, que, tentando passar despercebidas, se iam apoderando de roupas e tecidos, que escondiam junto ao corpo. Era o que fazia Maria Josefa, viúva, da freguesia de Sandiães, concelho de Ponte de Lima, que na feira de 22 de Setembro de 1844 roubou “[...] *doze côvados de xita marroquina escura ordinária; três quartos de morim; um lenço de cor ordinário; uma navalha ordinária; um pente de alizar; uma caixa de lumes prontos; um rosário de vidro enfiado em cadeia de metal amarelo; dous pares de óculos*”. Contudo, Maria Josefa recusou-se a assumir a autoria destas acções, alegando que os comprara.<sup>27</sup>

É necessário ter em conta que sobretudo as mulheres viúvas, muitas vezes numa situação de grande precariedade, sem o amparo do sustento masculino, acometidas pelo desespero, facilmente resvalavam para a criminalidade, como forma de garantir a sua sobrevivência.

Outro episódio envolveu Manuel Rodrigues, que se deslocou à feira a fim de encontrar o regedor da paróquia de Moreira, Manuel José Martins, para se vingar de “*ter sido prezo para soldado*”. O agredido chegou à administração do concelho “[...] *com o corpo coberto de sangue que lhe corria da cabeça de feridas frescas que nella trazia, queixando-se que estava na feira publica manco e pacifico sem ofender nem dar cauza a ser ofendido por pessoa alguma seriam quatro horas e meia da tarde deste dia pouco mais ou menos chegou à sua beira Manoel Rodrigues natural do lugar das Mãos, freguesia de Estorãos*”.<sup>28</sup> Cheio de rancor, segundo as várias testemunhas presentes, que o levaram preso até ao administrador, o dito Manuel Rodrigues bateu tanto e com tanta força no regedor que, se não fosse a intervenção doutras pessoas, o teria matado.

<sup>26</sup> AMPL, Administração do Concelho, *Auto...*, n.º 1919, não paginado.

<sup>27</sup> AMPL, Administração do Concelho, *Auto...*, n.º 1844, não paginado.

<sup>28</sup> AMPL, Administração do Concelho, *Auto...*, n.º 1921, não paginado.

Além dos lugares públicos, também a casa, teoricamente um sítio privado, era cenário de todo o género de condutas violentas. No entanto, importa referir que a casa do século XIX, especialmente no meio urbano, era um espaço semi-público, de privacidade partilhada, que, por vezes, servia simultaneamente para morar e para trabalhar. A soleira da porta e o pátio acolhiam os momentos de cavaqueira, as portas e janelas escancaradas, sobretudo no Verão, permitiam que conversas, gritos e insultos chegassem aos ouvidos dos vizinhos ou conhecidos.<sup>29</sup>

Os vizinhos eram as principais testemunhas das escaramuças e das cenas de violência doméstica. Eram eles que relatavam, pormenorizadamente, o que presenciaram e reproduziam tudo o que ouviam, como se estivessem fisicamente presentes na casa de vítimas e agressores: “[...] *todos vizinhos dos sobreditos declararão ter acontecido a dezordem em caza do cego, ter este gritado à voz d’el Rei contra sua filha que lhe rachara a cabeça [...]*”<sup>30</sup>; ou “[...] *e gritando elle queixo a voz d’el Rei, logo lhe aparecerão em socorro muitas pessoas da vizinhança que fizeram acomodar o delinquente [...]*”<sup>31</sup>; ou ainda “*logo começou a gritar à voz d’el Rei e imediatamente acudirão os vizinhos que ainda chegarão a prender com a mesma arma e depois de prezo escapou-se [...]*”<sup>32</sup> Em todos os casos de violência familiar, os vizinhos eram os primeiros a acorrer aos pedidos de socorro das vítimas.

No século XIX, quer no meio rural, quer no urbano, as populações estavam enquadradas em relações de vizinhança, que rapidamente passavam da cumplicidade à hostilidade. Essa circunstância, além de facilitar a devassa da privacidade da casa e da intimidade das pessoas, proporcionava diversas situações de conflitualidade; mas, em contrapartida, também funcionava como factor de solidariedade que emergia em momentos de aflição.

Durante o período analisado, embora a família constituísse a principal forma de enquadramento social, era também foco gerador de conflitos e violência, onde as principais vítimas eram os elementos mais débeis do agregado familiar, ou seja, mulheres e idosos. Talvez por ser prática corrente e não fosse motivo de preocupação para as autoridades, não foi encontrada qualquer

<sup>29</sup> Amélia Aguiar Andrade, na sua tese de mestrado sobre o espaço urbano de Ponte de Lima no período medieval, alude à falta de privacidade das casas que se encontravam cerradas umas às outras, o que é possível verificar actualmente em algumas ruas desta vila que mantiveram o traçado medievo, apresentando a casa limiana medieval como um local de vivências partilhadas e de privacidade constantemente violada. A este propósito leia-se da referida autora *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 68-74.

<sup>30</sup> AMPL, Administração do Concelho, *Auto...*, n.º 1929, não paginado.

<sup>31</sup> AMPL, Administração do Concelho, *Auto...*, n.º 1922, não paginado.

<sup>32</sup> AMPL, Administração do Concelho, *Auto...*, n.º 1911, não paginado.

referência a casos de violência exercida sobre crianças. Maridos que esbofeteiam mulheres e filhos que batem nos pais são as situações recorrentes nos *Autos de Investigação* analisados. A fragilidade dos alvos potenciava comportamentos agressivos como resposta ao boato, à injúria ou à calúnia, que também inquinavam o ambiente doméstico.

Assim, podemos distinguir três tipos de violência que era praticada na vila de Ponte de Lima, conforme os alvos e os lugares onde acontecia:

- violência praticada sobre desconhecidos, oriundos de terras e concelhos vizinhos, incluindo galegos, que tinha lugar na feira da vila e nas ruas mais movimentadas;
- violência entre membros da comunidade limiana, com ligações vicinais, que acontecia nas ruas e nos espaços comuns da vila e percursos habituais;
- violência no seio do agregado familiar, que tinha como cenário a casa.

Daqui, podemos concluir que, à medida que se iam estreitando as relações sociais e as ligações entre ofensores e vítimas, tendia a minuir o espaço da prática de actos violentos, que, por sua vez, perdiam gradualmente a sua função punitiva para se transformarem em castigo privado, como sucedia com a violência doméstica. É neste caso que o homem se destaca como protagonista. Ao contrário da mulher agressora, ele não pretendia sujeitar a vítima ao vexame popular, mas queria antes bater, reprimir e castigar, mas longe do olhar público.

#### Os protagonistas: agressores e vítimas

Vítimas e agressores surgem-nos enquadrados em diferentes cenários e movidos por circunstâncias diversas, mas existindo quase sempre entre eles uma ligação de proximidade, quer cultural e social, sendo neste caso os protagonistas maioritariamente oriundos de classes populares, quer familiar, quando nos reportamos à violência doméstica.

No que respeita à autoria das agressões, verbais ou físicas, sobressai, e não deixa até de causar alguma surpresa, o elevado número de mulheres envolvidas, já que estes comportamentos são tidos como quase exclusivos do homem. Verifica-se então que, em dezasseis *Autos de Investigação* analisados, 43,7% das agressões foram praticadas por elementos do sexo feminino, pertencendo os restantes 56,3% aos do sexo masculino. É também de salientar que, no caso da violência feminina, 71,4% das agressoras são acusadas de ofensas corporais.

Que razões terão levado estas mulheres a protagonizar acções violentas? Legítima defesa, agressividade popular ou rusticidade natural? A maior parte dos *Autos* não nos permite conhecer directamente os móbeis que conduziram a determinada acção. Todavia, é de salientar que, no caso da mulher agressora, a vítima também era quase sempre do mesmo sexo, alguém com uma compleição física similar, do mesmo espaço de sociabilidade, por vezes da mesma rua, senão mesmo vizinhas. Geralmente, a mulher agredia ou injuriava quem conhecia.

A honra manchada, a família “nas bocas do mundo” ou a moral posta em causa eram motivos bastantes para que a rua se transformasse num “campo de batalha”. O comportamento da mulher devia primar pela discrição e pela pacatez; a sua honestidade sexual constituía, nesta sociedade de valorização da castidade, um valor fundamental, pelo que a mulher desonrada ficava exposta à humilhação popular. A este propósito, é elucidativo o caso de Rosa Maria, filha de Pedro Gonçalves, que andava amancebada com um mestre sapateiro, um homem casado, e que se envolveu em rixas e disputas com a mulher do mesmo. Perante esta situação, que constituía um escândalo público e era considerada como exemplo de degradação moral da sociedade, o administrador do concelho mandou chamar o pai de Rosa Maria, para que este se comprometesse a zelar pelo bom comportamento da filha.<sup>33</sup>

As próprias relações de sociabilidade podiam gerar episódios de agressividade, num meio em que a mulher, como vimos, foi obrigada, por força das circunstâncias, a sair do espaço doméstico a que estava confinada e a masculinizar o seu *modus vivendi*. Uma situação exemplificativa desta alteração ocorreu em Janeiro de 1840, quando “Maria Livreira”, já aqui referida por ter agredido o pai, foi atacada, na rua do Arrabalde, por Margarida Carreteiro, a filha desta, Maria, e Custódia Quelha, todas moradoras naquela rua. Tudo começou quando a primeira, moradora na rua das Pereiras, contígua à referida rua do Arrabalde, passou pela dita rua, com um cesto de couves à cabeça “*seria uma hora da tarde pouco mais ou menos*”, e foi barbaramente agredida pelas três mulheres com bofetadas e socos, tendo sido salva pelos transeuntes que acudiram aos seus gritos de socorro. A vítima apressou-se a apresentar queixa ao administrador do concelho, afirmando que desconhecia o motivo da agressão. No entanto, ouvidas as testemunhas, estas acabaram por declarar que a mesma “Maria Livreira” tinha provocado as agressoras, chegando mesmo a desafiá-las.<sup>34</sup> Este caso representa, de algum modo, um exemplo de conflito que se desenvolve sob o signo da banalidade, de uma violência utilizada como modo de ripostar e como forma de linguagem.

<sup>33</sup> AMPL, Administração do Concelho, *Auto...*, n.º 1935, não paginado.

<sup>34</sup> AMPL, Administração do Concelho, *Auto...*, n.º 1914, não paginado.

Para além das ofensas corporais, a palavra, a injúria, a calúnia constituíam por si sós motivos suficientes para desencadear a fúria dos visados, muitas vezes como forma de retaliação perante a difamação de que se tinha sido alvo, ou de defesa dos interesses postos em causa. Assim, a palavra e o gesto acabavam por funcionar como instrumentos de legitimação da ordem individual difamada. Em comunidades fechadas, caracterizadas por um forte controlo social, a honra, a família ou o nome manchados podiam ter efeitos devastadores sobre a vida social do indivíduo difamado.<sup>35</sup>

No entanto, a mulher surgia também associada a formas mais refinadas de violência, como é o caso do uso do veneno com a intenção de matar. Trata-se dum delito clássico, geralmente associado ao sexo feminino, por ser um crime dissimulado. Foi esse o caso de Francisca Rosa da Costa, viúva, de Ponte de Lima, que fez introduzir no casamento da filha de José Maria Pereira, cirurgião da vila, uma travessa de aletria envenenada com o objectivo de liquidar toda a família do referido homem.<sup>36</sup> Tudo aponta para que se tratasse de um crime passionnal, cujo propósito quase foi alcançado, dado que várias pessoas correram risco de vida.<sup>37</sup>

Traçar o perfil da mulher agressora não é tarefa fácil, dado que as situações de violência feminina eram mais determinadas pelas circunstâncias e pela emoção do que propriamente pela idade, profissão ou pelo estado civil. No entanto, eram sobretudo as mulheres de classes populares, mais expostas, que apareciam envolvidas em condutas violentas, e não tanto as de grupos sociais mais elevados, que geralmente estavam mais protegidas pelo recato do lar. No universo de dezasseis *Autos de Investigação* analisados, verificamos que, em termos percentuais, 40% das agressoras eram solteiras, 40% casadas e 20% viúvas.

Quanto aos agressores do sexo masculino, 66,7% são acusados de violência física e ofensas corporais, 22,2% de ameaças com armas e a apenas 11,1% são imputadas injúrias. Estes dados permitem-nos concluir que, se a mulher usava preferencialmente a palavra como arma, o homem, de um modo geral, partia de imediato para a agressão física.

A mulher surge-nos, muitas vezes, como alvo da violência masculina, sobretudo doméstica. As agressões entre elementos do sexo masculino, fossem bulhas ou retaliações, eram levados a cabo no espaço público. Tal como a mulher, também o homem agredia em defesa da sua

<sup>35</sup> A propósito das injúrias e agressões verbais em Ponta Delgada leia-se Silva, Susana Paula Franco Serpa, *Criminalidade e Justiça na Comarca de Ponta Delgada. Uma abordagem aos processos penais (1830-1841)*, Ponta Delgada, 1997, pp. 179-187, tese de mestrado policopiada.

<sup>36</sup> Veja-se Perrot, Michelle, "Dramas e Conflitos Familiares", in Ariès, Phillipe; Duby, Georges (dir.), *História da vida Privada. Da Revolução Francesa à Grande Guerra*, vol. 4, Porto, Edições Afrontamento, p. 274.

<sup>37</sup> AMPL, Administração do Concelho, *Auto...*, n.º 1913, não paginado.

honra, da família, da casa ou da propriedade. Veja-se o caso de Manuel Fernandes, marchante, natural do Pico dos Regalados, que se deslocou a Ponte de Lima por saber ter sido incriminado do roubo de umas roupas ao seu antigo patrão. Decidido a vingar-se, apareceu com uma navalha e uma faca, disposto a confrontar-se com quem o acusou.<sup>38</sup>

A sociabilidade masculina acarretava um conjunto de práticas, tidas como exclusivas da vivência diária dos homens, muitas vezes geradoras de disputas e agressões, como era o caso do jogo. Apesar de ser uma actividade lúdica, praticada ao ar livre ou nas tabernas, os confrontos surgiam pelas mais variadas razões, como as dívidas de jogo, o mau perder, a inépcia de algum dos intervenientes, o consumo desregrado de álcool, entre outras. Por exemplo, dois galegos agrediram-se na rua por um deles acusar o outro de ter falseado o jogo.<sup>39</sup> No entanto, também existiam entretenimentos, como o jogo do pau, que funcionavam de facto como elementos catalisadores da varonilidade e impetuosidade masculinas.<sup>40</sup>

Um importante motivo de preocupação da população masculina portuguesa do século XIX tem a ver com o recrutamento militar, especialmente a sua excessiva duração, que era de oito anos, e os problemas daí decorrentes. Por outro lado, o exército, como instituição, começara a cair em descrédito, nomeadamente por causa do seu envolvimento em assuntos partidários, e a carreira militar era pouco compensatória em termos económicos<sup>41</sup>. Assim, muitos dos potenciais recrutas lançavam mão de todo o tipo de subterfúgios para escaparem ao alistamento. Desertores e refractários eram um problema constante para as autoridades, inclusive para as de Ponte de Lima, onde os rapazes se escondiam com a cumplicidade das famílias; outros revoltam-se contra os responsáveis pelo seu recrutamento, como era o caso dos regedores das freguesias.

<sup>38</sup> AMPL, Administração do Concelho, *Auto...*, n.º 1917, não paginado.

<sup>39</sup> AMPL, Administração do Concelho, *Auto...*, n.º 1909, não paginado.

<sup>40</sup> Sobre o jogo do pau leia-se Vaquinhas, Irene, "Alguns aspectos da violência rural nas comarcas de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918"..., pp. 23-59.

<sup>41</sup> Sobre os militares, o exército e o seu papel na sociedade liberal portuguesa leia-se Vieira, Benedicta Maria Duque, *A Formação da Sociedade Liberal*, Lisboa, CEHC-ISCTE, 2005, pp. 65-73.

Eram frequentes as alterações entre civis e militares, que degeneravam muitas vezes em cenas de violência, até porque a população não aceitava de bom grado a sua presença.<sup>42</sup> Quando do regresso à vida civil, muitos dos militares desmobilizados não dispunham de meios para garantir a sua sobrevivência, pelo que enveredavam pela via da criminalidade.<sup>43</sup>

Ao contrário da mulher, o homem era mais propenso a contrariar as decisões ou a dificultar a acção das autoridades, e não raras vezes reagia com violência. Por exemplo, em 1843, José Pastor Garcia, oficial de diligências do Juízo de Direito da comarca de Ponte de Lima, foi ofendido verbal e fisicamente por um familiar de José Malheiro de Sousa e Meneses, quando ia efectuar uma citação do mesmo. O agressor atacou-o à bengalada e chamou-lhe “galego”.<sup>44</sup>

É de assinalar que o termo “galego” era utilizado para insultar alguém, o que indicia que os indivíduos oriundos da Galiza eram mal vistos pela sociedade limiana da época. Eram muitos os que demandavam o Alto-Minho com a intenção de arranjar trabalho, mas nem sempre conseguiam e, nesse caso, para garantirem a sua subsistência e a da sua família, acabavam por engrossar as fileiras de criminosos e ladrões, chegando mesmo a integrar quadrilhas de salteadores. A desconfiança e baixa estima que então se verificava em relação aos galegos, a quem os populares se referiam frequentemente num tom depreciativo, também tem a ver com o facto de estes virem para Portugal trabalhar como pedreiros ou aguadeiros, profissões tidas como pouco conceituadas e que eram até rejeitadas pelos portugueses.<sup>45</sup>

No respeitante ao perfil dos agressores, em particular à sua proveniência, verificamos que a larga maioria é constituída por naturais do concelho de Ponte de Lima, destacando-se a vila como local de residência de 38,5% dos acusados de ofensas, havendo apenas quatro indivíduos mencionados nos *Autos* que não eram do concelho.

<sup>42</sup> Acerca dos confrontos entre populares e militares leia-se Tengarrinha, José, *Movimentos Populares Agrários em Portugal (1808-1825)*, 2.º vol., Lisboa, Publicações Europa-América, 1994, pp. 200-202.

<sup>43</sup> No século XVIII, encontramos na cadeia de Ponte de Lima, um militar, sargento da infantaria, condenado por vários furtos. Os militares desmobilizados encontravam-se muitas vezes numa situação de precariedade, sem meios para garantir a sua subsistência e acabavam por resvalar para a criminalidade. Sobre este assunto leia-se Esteves, Alexandra, *A Morada Indesejada. Os Presos da cadeia de Ponte de Lima (1732-1739)*, Ponte de Lima, Liga dos Amigos do Hospital de Ponte de Lima, 2005, pp. 21-22.

<sup>44</sup> AMPL, Administração do Concelho, *Auto...*, n.º 1888, não paginado.

<sup>45</sup> Sobre este assunto consulte-se Brettell, Caroline B., *Homens que Partem, Mulheres que Esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991, pp. 98-99.

Estes números são explicados pelo facto de os casos de violência decorrerem, em grande parte, do desenvolvimento de formas de sociabilidade e convivência quotidianas, de pequenos atritos laborais, de problemas vicinais, de questões mal resolvidas relacionadas com propriedades, etc.

### Quadro I

#### Naturalidade dos agressores (1840-1846)

Localidade	Número
Ponte de Lima	5
São João da Ribeira	1
Fornelos	2
Bárrio	1
Estorãos	1
Santa Comba	1
Facha	1
Friastelas	1
Pico dos Regalados	1
Arcos	1
Galiza	2
Total	17

Fonte: AMPL, Administração do Concelho, *Autos de Investigação*, n.º 1888; n.º 1889; n.º 1909; n.º 1911; n.º 1912; n.º 1913; n.º 1914; n.º 1916; n.º 1917; n.º 1919; n.º 1921; n.º 1922; n.º 1929; n.º 1933; n.º 1934; n.º 1935.

Fazer o enquadramento profissional dos agressores é tarefa bem complicada, ou até mesmo impossível, dado que a ocupação dos acusados é referenciada apenas em dois casos, sendo um soldado e outro marchante. Dificuldade idêntica acontece com a idade, que só é mencionada em dois dos *Autos de Investigação*, relativos a dois jovens, um com 18 anos, de nome Francisco, um vagabundo com fama de ladrão, e outro de 22 anos.<sup>46</sup>

<sup>46</sup> AMPL, Administração do Concelho, *Auto...*, n.ºs 1934 e 1917, não paginados.

Apesar da limitação das fontes, podemos avançar com o seguinte perfil tipo do agressor: habitualmente, pertencia à classe baixa, era do sexo masculino, solteiro e jovem. Todavia, é de salientar, mais uma vez, que a violência feminina tinha grande expressão no concelho de Ponte de Lima.

Quanto ao perfil da vítima, é necessário fazer a seguinte distinção: enquanto as mulheres tinham outras pessoas do mesmo sexo como alvo da sua fúria, ou então pessoas idosas ou com limitações físicas, o homem agredia indistintamente homens e mulheres, embora com intenções e formas distintas.

#### “O bater e o levar”

Como já vimos, se a mulher começava pela palavra e terminava na agressão física, o homem avançava mais rapidamente para a ofensa corporal. Mas como se batia? Quais as partes do corpo que se procurava atingir e com que objectivo?

Procuramos responder a estas questões analisando os ferimentos das vítimas e quais as partes do corpo atingidas.

#### Quadro II

##### Formas de agressão (1840-1846)

Forma de agressão	Número de ocorrências
“Bofetões”	2
Socos/murros	7
Pontapés	3
Bater na cabeça	4
Empurrões	2

Fonte: AMPL, Administração do Concelho, *Autos de Investigação*, n.º 1888; n.º 1889; n.º 1909; n.º 1911; n.º 1912; n.º 1913; n.º 1914; n.º 1916; n.º 1917; n.º 1919; n.º 1921; n.º 1922; n.º 1929; n.º 1933; n.º 1934; n.º 1935.

No que diz respeito aos instrumentos utilizados na agressão, não há a menor dúvida de que as mãos constituíam o principal recurso de ataque e também de defesa. No caso do homem, dada a sua compleição física, murros e pontapés constituíam as formas de agressão mais usuais. A mulher, menos dotada fisicamente, recorria mais ao bofetão e ao empurrão ou ao puxão de cabelos. No final das brigas, os corpos dos intervenientes ostentavam, geralmente, múltiplas marcas a atestar a rijeza dos golpes infligidos.

O alvo preferencial das agressões era a cabeça - o “bater na cabeça” -, quer o agressor fosse do sexo masculino quer do feminino, como podemos constatar através da análise do Quadro III, o que parece dar razão ao ditado antigo “*Quem cospe para o ar na cabeça lhe cai*”.<sup>47</sup>

#### Quadro III

##### Partes do corpo atingidas pelas agressões (1840-1846)

Parte do corpo	Número de agressões
Cabeça	4
Nariz	1
Orelhas	1
Rosto	4
Peito	1
Pescoço	1
Braço	1
Todo o corpo	4

Fonte: AMPL, Administração do Concelho, *Autos de Investigação*, n.º 1888; n.º 1889; n.º 1909; n.º 1911; n.º 1912; n.º 1913; n.º 1914; n.º 1916; n.º 1917; n.º 1919; n.º 1921; n.º 1922; n.º 1929; n.º 1933; n.º 1934; n.º 1935.

<sup>47</sup> Camara, P. Perestrello da, *Collecção de Proverbios, Adagios, Rifãos, Anexins sentenças moraes e idiotismos da lingoa portugueza*, Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert, 1848, p. 29.

O agressor procurava atingir quase sempre a parte superior do tronco, com especial incidência a cabeça e o rosto. Ora, tratando-se de uma violência espontânea, o desfecho do ataque era, em boa medida, condicionado pelas armas disponíveis no momento, que podiam ser, por exemplo, alfaías agrícolas.

Em 1843, apareceu na Administração do Concelho Antónia Maria, moradora em Fornelos, queixando-se de que o seu marido lhe tinha rachado a cabeça com uma enxada. Apesar de bater na mulher ser então uma prática corrente, ou até mesmo um “direito” atribuído ao marido, a gravidade deste caso levou o próprio regedor da freguesia a participar a ocorrência ao administrador do concelho, dado que “*não foi a primeira vez*” e que “*mais ou menos dia a matará porque lhe bateu com uma enxada, e não me posso ver livre dela que me está sempre à porta a queixar que se quer separar*”. A violência doméstica era, aliás, uma das principais razões que levava as mulheres a deixarem os seus maridos.<sup>48</sup> O marido, por sua vez, alegava que batia na esposa por ela ter mau feitio.

A postura vertical do nosso corpo, o lutar de “cabeça erguida”, bem como tentar calar a boca que proferira calúnias contra a honra e a respeitabilidade do ofendido são alguns dos factores que poderão explicar o facto de a cabeça ser, como foi assinalado, o principal alvo das investidas do agressor.

Qualquer objecto era uma potencial arma de agressão, embora os instrumentos mais utilizados, para além das mãos e dos pés, fossem a pedra e o pau, que, ao serem arremessados, tinham como alvo preferencial a cabeça da potencial vítima.<sup>49</sup> E, de facto, são vários os agredidos a queixar-se “*que lhe racharam a cabeça*”, que lhes “*abriram a cabeça*” ou que levaram “*paulada à cabeça*”. O pau era geralmente utilizado para tanger os animais nas lides do campo ou na pastorícia, ou até mesmo como instrumento de actividades lúdicas, pelo que não é de estranhar que o homem rural do século XIX também o utilizasse como arma. A pedra, sobretudo em situações de violência ocasional, era um recurso sempre disponível, fosse na rua, no campo ou na feira.

<sup>48</sup> AMPL, Administração do Concelho, *Auto...*, n.º 1889, não paginado.

<sup>49</sup> Situação idêntica verificava-se em Montemuro, no período compreendido entre 1708 e 1820, onde também a parte superior do tronco constituía o principal alvo do agressor, como podemos averiguar na obra de Ramos, Anabela, *Violência e Justiça em Terras do Montemuro – 1708-1820*, Viseu, Palimage Editores, 1998, pp. 52-56 e em Ponta Delgada, as partes do corpo mais atingidas também eram a cabeça e o rosto, como é possível consultar na tese de mestrado de Silva, Susana Paula Franco Serpa, *Criminalidade e Justiça na Comarca de Ponta Delgada. Uma abordagem aos processos penais (1830-1841)*..., p. 166.

Deste modo, a gravidade da agressão era condicionada pela compleição física do agressor, mas também pelo meio utilizado, fosse o utensílio de trabalho, o chinelo ou qualquer outro.

#### Quadro IV

Instrumentos de agressão (1840-1846)

Instrumento	Número de vezes que foi utilizado
Pedra	2
Pau	3
Enxada	1
Bengala	1
Cesto	1
Aguilhão	1
Tranca de janela	1
Chinelo	1
Machado	1

Fonte: AMPL, Administração do Concelho, *Autos de Investigação*, n.º 1888; n.º 1889; n.º 1909; n.º 1911; n.º 1912; n.º 1913; n.º 1914; n.º 1916; n.º 1917; n.º 1919; n.º 1921; n.º 1922; n.º 1929; n.º 1933; n.º 1934; n.º 1935.

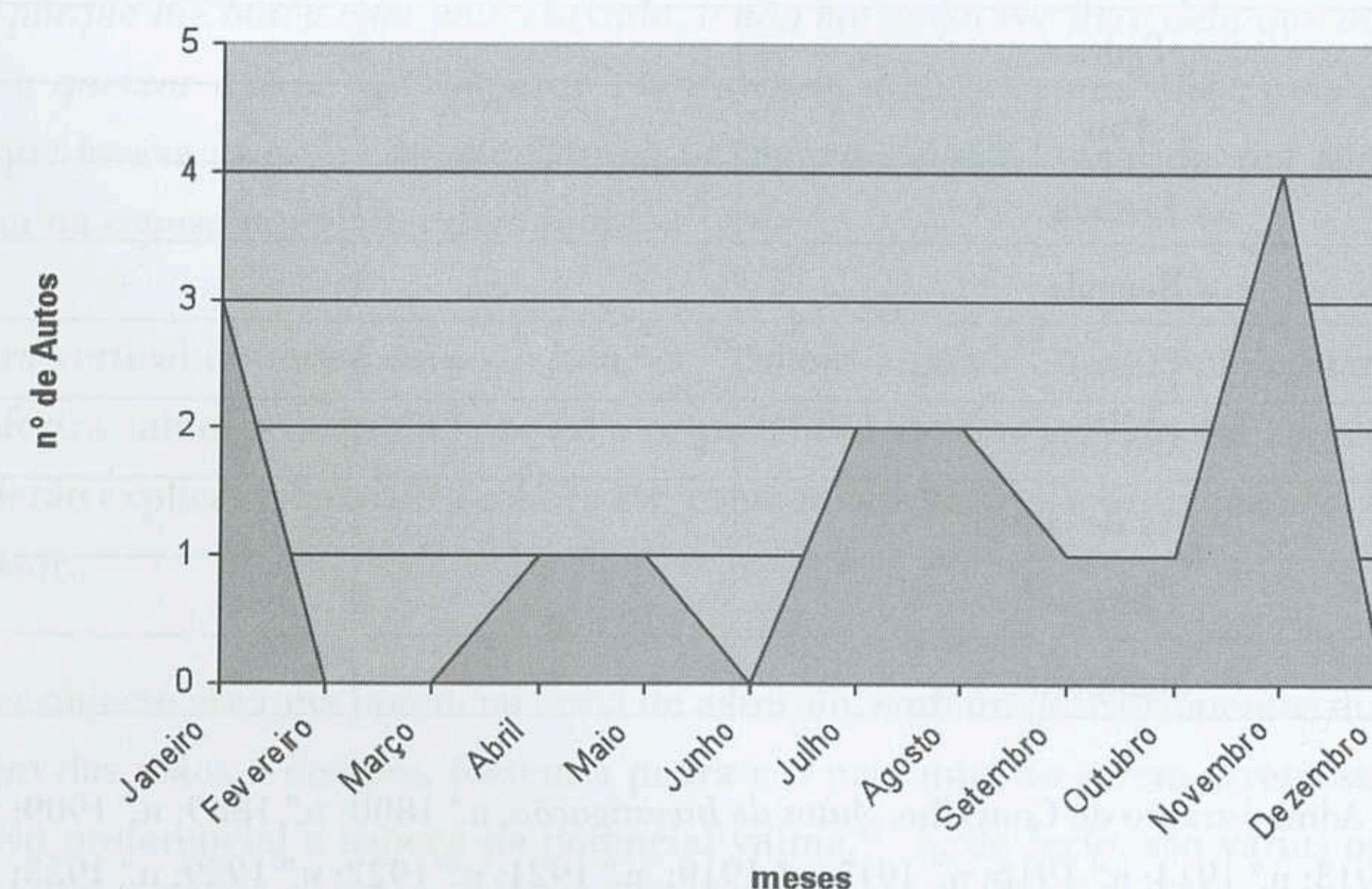
#### Os tempos de violência

A violência e a conflituosidade espontâneas que procuramos aqui retratar não tinham lugar certo nem hora marcada, dependendo geralmente das circunstâncias do momento e da disposição do agressor. No entanto, podemos indicar alguns períodos que registam índices mais elevados.

Ponte de Lima, apesar da ambiência rural circundante, não deixava de ser um pequeno espaço urbano com seus mesteres e comerciantes. No mundo rural, a criminalidade centrava-se nos meses de Primavera e Verão. Tal facto poderá ser explicado pela submissão do homem aos

ciclos impostos pela natureza, daí decorrendo que fosse nos períodos de trabalhos agrícolas mais intensos e, consequentemente, de maior sociabilidade, que se assistia a um aumento da violência e da conflitualidade. Nos espaços urbanos, menos condicionados pelos “mandamentos da natureza”, onde o homem impõe o seu ritmo de trabalho e se dedica a actividades mais variadas, os comportamentos agressivos distribuíam-se por todo o ano, embora tendessem a aumentar em ocasiões festivas.

Gráfico II (1840-186)



Fonte: AMPL, Administração do Concelho, *Autos de Investigação*, n.º 1888; n.º 1889; n.º 1909; n.º 1911; n.º 1912; n.º 1913; n.º 1914; n.º 1916; n.º 1917; n.º 1919; n.º 1921; n.º 1922; n.º 1929; n.º 1933; n.º 1934; n.º 1935.

Como podemos verificar através da análise do Gráfico II, os meses de maior incidência de condutas violentas são os de Inverno e Verão, com particular destaque para os meses de Janeiro e Novembro, logo seguidos de Julho e Agosto, marcados pelas festas de cariz religioso e pelo início das colheitas agrícolas. No entanto, não deixa de ser curioso verificar que nenhuma das ocorrências mencionadas nos *Autos* tenha as festividades ou as colheitas como cenário. Embora seja de aceitar que, por exemplo, o calor pode propiciar uma maior sociabilidade e incendiar conflitos latentes, consideramos que, mais do que a época do ano, os factores que

explicam e condicionam a conflituosidade e os comportamentos agressivos são, sobretudo, o lugar da agressão e as motivações do agressor.

No tocante aos momentos do dia em que se registava maior número de contendias, podemos afirmar que, por serem geralmente imprevisíveis, podiam verificar-se em qualquer altura. No entanto, considerando os poucos *Autos* que referem a hora da ocorrência, verifica-se que as agressões eram mais frequentes à tarde. É ainda possível estabelecer uma relação entre a hora e o lugar da agressão: de manhã e de tarde, as cenas de violência aconteciam em lugares públicos, fosse na rua ou na feira; a noite era o período em que ocorria sobretudo a violência doméstica, ou então quando a vítima era agredida perto da sua casa.

## Conclusão

As manifestações de agressividade, que habitualmente ocorriam segundo os dualismos noite/casa e dia/espços públicos, eram, em larga medida, condicionadas pelas formas de sociabilidade e pelas ligações de convivência, bem como pelo contexto económico, social e cultural dos seus protagonistas, os quais, em geral, pertenciam às classes mais baixas e mais fragilizadas da sociedade, e que constituíam a via mais rápida, ou até mesmo a única possível, para a resolução de problemas e conflitos de toda a ordem.

Verificamos que, para além das vítimas e dos agressores, as relações de vizinhança assumiam um papel de relevo em situações de violência e conflitualidade: por um lado, os vizinhos eram muitas vezes aqueles com quem se estabeleciam fortes laços de amizade e de solidariedade, eram eles que socorriam as vítimas e as apoiavam nos momentos de aflição; por outro lado, a proximidade física e emocional facilitava também a devassa da privacidade. O boato lançado por vizinhos podia manchar irremediavelmente a reputação dos visados e acarretar consequências devastadoras para qualquer agregado familiar. Por isso, do mexerico à injúria e desta à agressão física ia apenas um pequeno passo.<sup>50</sup> “Homem honrado antes morto que injuriado” é o que ordena um ditado popular e que traduz bem a importância da honra e as consequências que a calúnia podiam provocar. “A má vizinha emprega a agulha sem linha” e “As injurias são as razões de quem as não tem” são ditados populares que reflectem, através do recurso a meias palavras, as relações sociais e as situações quotidianas do período retratado.<sup>51</sup>

A casa, em lugar de servir de resguardo à privacidade familiar, estava quase sempre escancarada aos olhos e ouvidos de vizinhos e passantes. Estes, por sua vez, aproveitavam as conversas ouvidas ou as cenas observadas para espalhar o boato, alimentar a bisbilhotice, gerando burburinhos, vexames públicos e agressões.

A última questão a que nos propomos responder, porventura a mais difícil, dada a complexidade humana, é a seguinte: o que levaria os indivíduos a enveredar por estas formas de comportamento tão instintivas, básicas e arrebatadas? Para entendermos as causas, temos que atender ao contexto, à época e aos valores vigentes. Podemos, então, concluir que a

<sup>50</sup> Num meio fortemente marcado pela emigração masculina, seriam comuns os mexericos referentes ao adultério feminino, devido à maior exposição pública da mulher e aos longos períodos em que esta permanecia sem o seu cônjuge. Acerca deste assunto veja-se Pina Cabral, João de, *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, pp. 105-130.

<sup>51</sup> Camara, P. Perestrello da, *Collecção de Proverbios, Adagios, Rifãos, Anexins sentenças moraes e idiotismos da lingua portugueza...*, 1848, pp. 17-257.

honra pessoal manchada ou posta em causa, as ameaças à família ou à propriedade ditavam o desencadeamento de mecanismos instintivos de defesa e de sobrevivência, gerando uma sucessão de agressões e retaliações, que, em muitos casos, só era interrompida pela morte.

Finalmente, é de realçar o papel do administrador do concelho, ainda que nem sempre bem sucedido, como mediador de conflitos e como garante da tranquilidade e da segurança das populações. Apenas as ocorrências mais graves eram encaminhados para o poder judicial e, neste caso, a prisão era o destino que se desenhava no horizonte dos contendores.